

MDS

Global
Insurance & Risk
Consultants

Relatório & Contas 2016

We
will be
there

Índice

1. A MDS	3
2. Enquadramento Macroeconómico	3
2.1. Mundo	3
2.2. Portugal	5
3. Evolução do Mercado Segurador	5
4. Principais Acontecimentos 2016	6
4.1. Notoriedade	8
4.1.1. Nova Identidade.....	8
4.1.2. Fullcover.....	8
4.1.3. Trivia	8
4.2. Novas Soluções e Serviços.....	9
4.3. Conhecimento	10
4.4. Tecnologia	12
4.5. Mecenato e patrocínios.....	13
4.6. Parcerias	13
4.7. Pessoas.....	13
5. Desempenho Operacional	14
6. Aplicação de Resultados	14
7. Perspetivas para 2017	15
8. Considerações Finais	16



Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Exas. o Relatório e Contas respeitantes ao exercício de 2016.

1. A MDS

Inserida na operação global do Grupo MDS, a MDS – Corretor de Seguros S.A. desenvolve a atividade de mediação, corretagem e consultoria em seguros, posicionando-se como líder em Portugal.

Com a sua sede no Porto e possuindo igualmente escritórios em Lisboa e Coimbra, emprega cerca de 200 trabalhadores, entre os quais profissionais altamente qualificados, detentores de um vasto conhecimento em seguros e gestão de risco.

A MDS assume-se como um parceiro dos seus clientes, na medida em que procura criar consistentemente serviços e soluções inovadores que satisfaçam as suas necessidades, apoiando-os na melhor otimização da sua gestão de risco.

A sua ação passa não só pela gestão de carteiras de seguros, mas também pela análise, criação e implementação de soluções perfeitamente ajustadas à necessidade de cada cliente.

2. Enquadramento Macroeconómico

2.1. Mundo

A recuperação económica global abrandou em 2016. A atividade económica mundial cresceu +3,1%, a taxa mais baixa desde a recessão de 2009, em grande parte devido à desaceleração nos mercados emergentes, uma vez que, nas economias avançadas, o crescimento se manteve surpreendentemente robusto. Contudo, apesar do crescimento desapontante, as condições económicas foram estabilizando gradualmente ao longo do ano, prevendo-se que a economia global entre em 2017 com fatores de suporte mais fortes e, naturalmente, com melhores perspetivas de crescimento.



O ano de 2016 foi particularmente marcado por crescentes tensões geopolíticas, com acontecimentos como o *Brexit*, as eleições presidenciais americanas, a tentativa de golpe de estado na Turquia, a destituição da Presidente Dilma Rousseff no Brasil, e a vitória do "Não" em Itália, entre outros, a alimentarem a incerteza e a volatilidade nos mercados, o que se refletiu negativamente no crescimento económico.

Nos **Estados Unidos da América**, a atividade económica começou a abrandar em meados de 2015 tendo, no entanto, ganho fôlego na segunda metade de 2016. Esta dinâmica foi, principalmente impulsionada pelo consumo privado, que beneficiou da solidez do mercado de trabalho, atualmente em níveis próximos do pleno emprego. Em contrapartida, o investimento manteve-se contido, particularmente no setor energético, devido aos preços baixos da energia, enquanto o clima de incerteza, gerado pelas eleições presidenciais e pelo *Brexit*, poderá ter levado ao adiamento de algumas decisões de investimento. Globalmente, a economia americana ficou aquém das expectativas em 2016, com um aumento esperado do PIB de apenas +1,6%, cerca de um ponto percentual abaixo da taxa de crescimento de 2015.

Na **Zona Euro**, os suportes da economia permaneceram globalmente favoráveis, nomeadamente os preços baixos do petróleo, a posição acomodatória do BCE face à política monetária, a apreciação do euro relativamente limitada e uma política fiscal ligeiramente mais expansionista devido ao aumento das despesas relacionadas com a situação dos refugiados. Todos estes fatores continuaram a suportar a despesa privada, que continua a ser o principal motor do crescimento económico. Não obstante, a economia foi penalizada por tensões geopolíticas e pela incerteza política, assim como pelo fraco crescimento económico nas economias emergentes e pela debilidade do comércio global. Para além disso, em algumas economias, os efeitos das crises recentes continuam a limitar a recuperação económica. Em suma, o PIB aumentou +1,6%, crescendo à mesma taxa que a economia americana pela primeira vez desde 2011.

A evolução nos **Mercados Emergentes** foi muito mais diversa. Na Ásia, a economia chinesa manteve o forte crescimento económico (+6,7%) suportada pela política económica, e a Índia continuou a ter um bom desempenho (+6,6%), ainda que ligeiramente menos elevado. Por outro lado, países emergentes como o Brasil, a Argentina, a Rússia e a Turquia continuaram a enfrentar recessões económicas.



2.2. Portugal

Em **Portugal**, o crescimento económico ficou aquém das expectativas, penalizado pela fraca recuperação das exportações, nomeadamente para Angola, pela incerteza interna e, acima de tudo, pela debilidade do investimento, quer no setor público, quer no setor privado, enquanto o consumo das famílias se manteve forte. No entanto, um segundo semestre mais dinâmico do que o esperado contribuiu positivamente para o crescimento de 2016 e constituiu um impulso positivo para 2017. O PIB registou um crescimento de +1,2% em 2016, desacelerando face a +1,6% registado em 2015.

A taxa de crescimento do consumo privado em termos nominais (+2,9%) foi superior à taxa de crescimento do rendimento disponível (+2,4%), mantendo a mesma tendência desde o início da retoma da economia portuguesa em 2014. Este desempenho excecional do consumo deveu-se, particularmente, a um decréscimo sem precedentes da taxa de poupança (atualmente em +4%), associado a uma significativa melhoria da confiança das famílias no pós-crise e ao efeito riqueza.

Nos últimos anos, o forte crescimento do consumo privado esteve particularmente associado ao crescimento da procura de bens duradouros, que tinham sido mais penalizados durante a crise, apoiada pelo crédito ao consumo. Em 2016, as famílias continuaram a privilegiar os bens duradouros, em particular os automóveis (+16,1%), embora em menor grau face a 2015, à medida que o consumo destes bens se aproxima dos níveis anteriores à crise. Por outro lado, verificou-se um aumento da despesa noutras categorias, que se refletiu no comportamento do turismo (+9,5%), nas vendas a retalho (+2,7%), particularmente nos alimentos e bebidas (+4,2%), mas também no retalho não-alimentar (+1,0%), nomeadamente no vestuário (+4,7%).

3. Evolução do Mercado Segurador

No ano de 2016 o mercado segurador registou a mesma tendência decrescente que já teria sido observada em 2015. O volume de receitas relativo à atividade em Portugal em 2016



situou-se, em termos globais, nos 10,2 mil milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 14,6% face a 2015.

Responsável por este resultado destaca-se o ramo Vida que apresentou uma variação negativa de 23,7% (cerca de menos 2 mil milhões de euros face a 2015), apresentando um total de 6,4 mil milhões de euros.

Pelo contrário, o ramo Não Vida registou produção de cerca de 3,8 mil milhões de euros, evidenciando um crescimento de 7,2%. Para este crescimento, destaca-se o contributo do ramo de Acidentes de Trabalho que apresentou um acréscimo de 13,2% e do ramo de Saúde que cresceu em 9,9%, fazendo aumentar o peso de ambos os ramos no total da carteira face a 2015. No que diz respeito aos restantes ramos, verificou-se no ramo Automóvel a consolidação da tendência de crescimento que já apresentava (+6,5%), progredindo em 2016 a um ritmo mais elevado que em 2015, e nos ramos de Incêndio e outros Danos (+2,6%), Acidentes Pessoais (+3,5%) e Responsabilidade Civil Geral (+6,0%) um crescimento mais moderado face ao ano transato. Em sentido inverso, destaca-se o ramo de Transportes/ Mercadorias Transportadas com uma quebra da produção nos ramos de Transportes (-7,3%), superior ao que teria sido verificado em 2015.

Desta forma, em 2016 a estrutura da carteira de seguros passa a apresentar uma composição distinta face a 2015, com o ramo Vida a diminuir o seu peso (de 70,4% em 2015 para 62,9% em 2016) e o ramo Não Vida aumentando (de 29,6% em 2015 para 37,1% em 2016).

4. Principais Acontecimentos 2016

Focada na consolidação da sua posição competitiva no mercado, a atuação da MDS tem sido marcada pela Inovação, antecipando tanto as mudanças do mercado do risco, como as necessidades dos seus clientes.

Caraterizada pela sua vasta experiência e *know-how*, bem como pelo compromisso de lealdade, Integridade e rigor, a MDS tem em si a vontade única de servir o cliente em qualquer parte do mundo e em qualquer área, com soluções adaptadas, flexíveis e especializadas, que lhe permitam responder de forma eficaz e rápida às reais necessidades e exigências da gestão de risco.



Desta força de vontade de "ir mais além" surge como um importante acontecimento em 2016 o *rebranding* da MDS com vista a projetar a dimensão e atuação global do grupo, transmitindo não só a sua solidez e crescimento, bem como a sua ousadia e determinação cruciais à criação de valor, mantendo-a firme no caminho desafiante de competir com as empresas globais de corretagem.

O ano de 2016 ficou também marcado por um processo de reestruturação societária, inserido no âmbito de alinhamento da organização na persecução da visão estratégica de crescimento sustentado, pelo que foram conduzidos diversos processos de aquisições e fusões. Desta forma, assistiu-se à aquisição de 100% da carteira da Iberosegur – Sociedade Ibérica de Mediação de Seguros, Lda., permitindo à MDS reforçar a sua posição em segmentos de atividade onde a sua presença não era tão forte e à fusão por incorporação da MDS *Affinity* -Sociedade de Mediação Lda. na MDS com vista a aumentar a oferta de serviços, nomeadamente ao nível da comercialização de seguros por canais diretos (*call center* e Internet), e a obter sinergias na alocação de recursos e processos permitindo a redução de custos. Com o objetivo de promover o crescimento da empresa com base na presença no mercado nacional, a MDS procedeu ainda à aquisição de 60% da Moneris – Serviços de Gestão, S.A..

Por sua vez, após integração da carteira da Accive em 2015, procedeu-se à extinção da Accive Franchising, dado tratar-se de um modelo de negócio não adequado à expressão prática da orientação estratégica da MDS.

Num mercado segurador português com uma produção decrescente e forte ambiente concorrencial, deu-se ainda continuidade à vertente estratégica de expansão internacional através da aquisição de 35% do capital da congénere Filhet-Allard España, redenominada Filhet-Allard MDS, com vista ao reforço da presença no mercado espanhol e ao possível foco de crescimento para a América Latina no futuro. Reforçando a sua posição competitiva a nível internacional, a MDS passa ainda a deter, em Agosto de 2016, 2.63% da Brokerslink AG aquando do aumento de capital desta nova empresa global de corretagem.



4.1. Notoriedade

4.1.1. Nova Identidade

Com o objetivo de reforçar a marca MDS no mercado, em 2016 lançámos uma nova identidade corporativa. A marca precisava de exprimir o posicionamento internacional e dotar a empresa de outro poder de comunicação.

A nova identidade, refletida em todo o universo MDS, veio projetar a sua dimensão e atuação global, transmitindo a sua solidez e crescimento. Revela o poder da vontade, assente na experiência, conhecimento, confiança e visão que têm conduzido ao desenvolvimento e à consolidação da empresa.

À luz da nova imagem foram desenvolvidos diversos elementos de comunicação, de âmbito corporativo e de negócio, concebidos de forma impactante e diferenciadora, com um novo *brandvoice* que espelha os valores e posicionamento da marca.

4.1.2. Fullcover

Com o lançamento da 9ª edição da revista FULLCOVER, a MDS manteve a sua aposta na partilha de conhecimento no setor segurador e de gestão de risco através de uma publicação que é já uma referência a nível internacional.

A FULLCOVER é resultado do trabalho de equipa da MDS, em colaboração com as áreas de negócio, bem como com reputados especialistas internacionais do setor, continuando a ser, desde que foi lançada, um dos principais cartões de visita da MDS.

A FULLCOVER é sinónimo do *know-how* da equipa MDS e reforça o potencial de comunicação da empresa. Assume-se como um meio para estreitar relações tanto por via das colaborações editoriais que o grupo estabelece com reputados *players* e *experts* internacionais, como pelo alcance global da revista, o que permite à MDS destacar-se internacionalmente.

4.1.3. Trivia

Com o objetivo de capitalizar o conhecimento acumulado com a edição da revista, a MDS editou o *Trivia - Lugares Comuns sobre a Natureza das Coisas*, um livro inédito sobre risco



que reúne as crónicas de Pedro Castro Caldas, reputado especialista português do setor segurador, publicadas na FULLCOVER desde o seu primeiro número.

4.2. Novas Soluções e Serviços

A MDS tem continuado a apostar na criação de soluções inovadoras, apoiadas por um serviço diferenciado, de forma a antecipar as tendências do setor, respondendo às exigências do mercado e às expectativas do cliente.

Parceria MDS – Deco

A MDS reforçou a sua parceria com a DECO, com o lançamento do Seguro de Saúde com condições exclusivas para os seus associados. Esta parceria tem permitido alargar a base de clientes no segmento particular.

MDS Partners

A MDS Partners tem vindo a ampliar a sua rede de parceiros, estabelecendo parcerias com agentes já instalados no mercado em localidades estratégicas. Esta aposta permite à MDS oferecer um serviço de proximidade através de uma rede alargada e consolidada de parceiros em todo o território nacional, o que tem contribuído para potenciar o crescimento de negócio.

Protocolos para Colaboradores

Foram estabelecidos e renovados inúmeros Protocolos para Colaboradores com empresas dos mais diversos setores de atividade, o que revela o dinamismo desta área de negócio e a excelente aceitação por parte dos clientes das soluções disponibilizadas.

Brand Insurance

Esta área tem mantido a sua tendência de crescimento consolidado, com o aumento contínuo de novos clientes.



Seguros Continente

A Seguros Continente demonstrou um forte dinamismo, tendo lançado diversas campanhas, que têm contribuído para o reforço da visibilidade da marca e das suas soluções, com reflexo no aumento do número de clientes.

4.3. Conhecimento

O conhecimento tem sido uma aposta inequívoca da MDS. Em 2016 foram diversas as iniciativas em que a empresa esteve envolvida, tanto ao nível da formação, como no que diz respeito à participação ativa em diversas conferências e seminários, dos quais se destacam alguns de seguida.

4.4. Formação

Lunch&Learn

Numa clara aposta na partilha de conhecimento, a MDS arrancou em 2016 com a organização da iniciativa "Lunch&Learn", que visa partilhar com os colaboradores informação e conhecimento de cariz técnico e prático, sobre vários temas de relevância para a sua atividade. Ao todo, em 2016 foram realizadas 21 sessões, nas quais foram abordados diversos temas centrais ao negócio, entre os quais se incluem *Cyber Risks*, *Perdas de Lucros*, *Claims & Tips*.

As sessões realizam-se durante o horário de almoço e o seu formato foi muito bem recebido, a adesão foi elevada e o feedback positivo.

4.5. Conferências e Seminários

MDS Talks

Em 2016 a MDS organizou mais uma edição do MDS Talks' que contou com a presença de Mailson da Nóbrega, reputado economista brasileiro e ex-ministro da Fazenda, que abordou questões relacionadas com as "Perspetivas da Economia Brasileira". Este almoço-debate contou com a participação de cerca de 40 executivos de topo da rede de clientes e parceiros.



Portugal Exportador

Reforçando a ligação ao tecido empresarial, a MDS associou-se ao Portugal Exportador, como patrocinador daquele que é considerado o maior evento nacional dedicado à internacionalização empresarial organizado pela AIP. A MDS dinamizou o *workshop* "Proteger os seus ativos" e participou no café-temático "O papel do Seguro de Crédito nas exportações" – dois momentos centrais para destacar o nosso *expertise* e soluções de seguros em duas temáticas centrais na internacionalização.

Congresso Agers Catalunha

A MDS participou no XXVII Congresso da AGERS, associação espanhola de gestão de risco e seguros, um evento que se realizou em Madrid, no dia 2 de junho, e que reuniu cerca de 300 especialistas em risco e seguros que discutiram as questões mais atuais e inovadoras do setor.

European Retail Property School

A MDS foi convidada pela *International Council of Shopping Centers* a participar no *European Retail Property School* - um curso intensivo que se realizou em Praga e que visa dotar os formandos de diversas competências associadas à sua atividade, sobretudo a nível estratégico, para poderem criar e gerir negócios mais lucrativos. A intervenção da MDS centrou-se na temática de *Risk and Insurance Management*.

Fórum do Investimento e do Imobiliário em Portugal

Numa clara aposta de proximidade à comunidade francófona em Portugal - empresários e particulares – a MDS, através da marca "Assurances au Portugal", tem participado em diversas iniciativas dando a conhecer os serviços especializados para este target, entre as quais se destaca o Fórum do Investimento e do Imobiliário em Portugal, uma iniciativa da Câmara do Comércio e Indústria Luso-Francesa, em Lisboa, e o 1^º Salão da Criação de Empresas em Portugal, um evento destinado a empreendedores francófonos que pretendam criar a sua empresa no país.



II Congresso de Direito dos Seguros

A MDS foi convidada a participar no II Congresso de Direito dos Seguros, uma iniciativa promovida pela AIDA-PORTUGAL, Almedina e ASF. "O risco cibernético-enquadramento legal e soluções de transferência" foi o tema da intervenção da MDS.

Conferência "Drones: o futuro nas nossas mãos"

A MDS tem estado associada a inúmeras iniciativas ligadas à temática dos Drones, o que é revelador do nosso posicionamento inovador e de vanguarda.

Entre eles, inclui-se a Conferência organizada pela Vieira de Almeida & Associados, com o tema "Drones: o futuro nas nossas mãos", realizada em Braga entre 22 e 24 de abril.

Integrada no painel "Os novos mercados para os UAVs: oportunidades e desafios", a intervenção da MDS abordou factos fundamentais para a identificação e colocação do risco relacionado com esse tipo de veículos.

4.6. Tecnologia

A aposta em tecnologia tem sido central na atividade da MDS. 2016 ficou marcado pelo reforço do posicionamento nos canais digitais com uma presença ativa da empresa nos *social media*.

Aposta no digital

Com o lançamento da nova marca, deu-se início à estratégia digital da MDS, que passou a ter uma presença ativa nas redes sociais, em particular no LinkedIn, encarado como um importante canal de comunicação e relacionamento no segmento empresarial.

Esta aposta faz parte de uma estratégia de presença digital integrada que contempla diferentes meios e que será reforçada com o desenvolvimento de novos *websites* (corporativo e de mercado), um projeto estratégico para a presença digital da MDS que seguramente trará mais leads e notoriedade.



4.7. Mecenato e patrocínios

A MDS tem desde sempre procurado associar-se e contribuir para iniciativas que aportem valor para a comunidade. É por isso que temos fomentado a colaboração ativa com entidades de referência, seja na área social, cultural ou desportiva.

Temos apoiado continuamente iniciativas levadas a cabo por instituições nacionais de referência que desenvolvem uma atividade dinâmica, entre as quais se destacam a Casa da Música, o Museu do Douro e o Museu Nacional dos Soares dos Reis.

É de salientar o apoio à artista Joana Vasconcelos, nomeadamente com a proteção à sua obra "Pop Galo", cuja itinerância por diferentes países tem sido acompanhada pela MDS, contribuindo assim para a difusão da arte, bem como para a proliferação da notoriedade da MDS em diferentes geografias.

Na área desportiva, a MDS voltou a apoiar o desporto motorizado, patrocinando o premiado piloto português Miguel Ramos.

4.8. Parcerias

A MDS é parceira ativa de diversas Câmaras e Associações Comerciais, com as quais desenvolve diversas iniciativas e protocolos específicos. Destacam-se:

- Associação Industrial Portuguesa
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa
- Associação de Amizade Portugal – EUA
- International Club of Portugal

4.9. Pessoas

A MDS investiu num projeto de otimização dos escritórios com a mudança para novas instalações em Lisboa e com a reformulação das instalações do Porto através da criação de novos espaços de trabalho e lazer para oferecer uma maior qualidade e conforto no dia-a-dia de trabalho. Foram criadas novas salas destinadas a reuniões internas, bem como espaços de lazer para os momentos de pausa.



Estas mudanças fazem parte do investimento da MDS em novas infraestruturas para a criação de ambientes de trabalho mais modernos e tecnológicos, com espaços que se adaptam às exigências dos novos contextos de trabalho.

5. Desempenho Operacional

O **volume de negócios** da MDS atingiu, em 2016, os €21,7 milhões, representando um aumento de 12,1% face ao volume de negócios de 2015. Este resultado converge com a estratégia de crescimento da empresa, não só a nível nacional, onde o aumento verificado neste indicador foi igualmente de 12%, mas também a nível internacional, cujo aumento foi de 18,5% face a 2015 representando 2% do volume de negócios.

O EBITDA cresceu 18,4% para €2,5 milhões tem melhorado a sua margem em 0,6 pontos percentuais. No que diz respeito ao resultado líquido verificou-se uma melhoria de €220 mil apesar de este ter sido negativo em €162 mil.

Do ponto de vista financeiro, a empresa gerou um **fluxo de caixa operacional** de €754 mil, tendo reduzido as suas necessidades de fundo de manolo em €857 mil e melhorando a sua dívida líquida em €528 mil.

Em matéria de gestão de riscos financeiros e políticas de cobertura, a política da MDS é parte integrante da política de gestão de risco do Grupo MDS, a qual se encontra definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo como uma política de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta e cuja explanação se encontra descrita nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS.

6. Aplicação de Resultados

No exercício de 2016, a MDS obteve um resultado líquido negativo de 162.495,37 euros (cento e sessenta e dois mil quatrocentos e noventa e cinco euros e trinta e sete cêntimos).



Nos termos legais e estatutários aplicáveis, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que este resultado seja aplicado da seguinte forma:

Resultados Transitados:	- 162 495,37 €
	<u>- 162 495,37 €</u>

7. Perspetivas para 2017

Em 2016 a MDS manteve-se focada na prossecução da sua estratégia de crescimento sustentado, evidenciando um bom desempenho operacional, ainda que inserida num contexto de quebra de produção da atividade seguradora em Portugal.

Numa perspetiva de reforçar a posição de liderança detida no mercado português, em 2017 a MDS procurará ativamente novas oportunidades de aquisição, bem como dará continuidade ao seu esforço incessante de conquista novos clientes e consolidação da carteira já existente, através do compromisso assumido de oferta da melhor proposta de valor na gestão do risco.

Desta forma, a aposta contínua na formação dos colaboradores será parte integrante do dia-a-dia da empresa, por forma a assegurar elevados níveis de qualidade dos serviços prestados, dotando-os não só de exemplar performance técnica, como de exata correspondência com aquelas que são as expectativas dos clientes. Por sua vez a MDS pretende também estabelecer novas parcerias estratégicas que possibilitem o desenvolvimento do negócio, através do crescimento seletivo e especialização em diferentes ramos de seguro.

Com ênfase na inovação, assistir-se-á a uma aposta no investimento em desenvolvimentos tecnológicos de forma transversal a toda a organização, destinados ao aumento da produtividade, eficiência e melhoria dos processos de negócio, e ainda, adaptáveis à dinâmica crescente da organização e ao paradigma da era da digitalização.

Dos objetivos estratégicos fazem ainda parte a expansão internacional, nomeadamente ao nível do continente africano, uma vez que o papel desempenhado pelos seguros neste mercado é fundamental como facilitador da atividade económica e do surgimento de novos projetos.



8. Considerações Finais

A MDS agradece o apoio dos clientes, que veem na MDS o seu parceiro de negócio; dos colaboradores e de todos aqueles que de forma empenhada e cooperante contribuem diariamente para a concretização dos objetivos; dos acionistas, pelo apoio, investimento e confiança demonstrada no futuro; das empresas de seguros, pelo espírito de cooperação e parceria e da Assembleia Geral e Fiscal Único pela disponibilidade e dedicação em cada momento.

Porto, 28 de Julho de 2017

O Conselho de Administração,

(José Manuel Dias da Fonseca)

(Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar)

(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

(Maria Paula Correia Rios)

MDS Corretor de Seguros, SA

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 - 2º - 4100-130 Porto

Capital Social 1.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação 501 469 460

Relatório e Contas

31 de dezembro de 2016

MDS Corretor de Seguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	5	1 029 504,72	1 299 607,76
Ativos intangíveis	6	1 884 623,56	2 918 374,85
Goodwill	7	6 665 089,37	7 405 654,87
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	8	1 587 921,79	245 530,40
Participações financeiras - outros métodos	8	2 018 574,17	1 972 815,96
Ativos por impostos diferidos	9	60 370,66	113 670,21
Total de Ativos não correntes		<u>13 846 084,27</u>	<u>13 955 662,05</u>
ATIVO CORRENTE			
Clientes	10	637 543,71	654 632,89
Estado e outros entes públicos	17	12 623,74	156,01
Acionistas	18	32 179,17	27 732,89
Outras contas a receber	11	3 662 166,10	4 950 546,93
Diferimentos	12	280 190,33	631 755,19
Caixa e depósitos bancários	4	4 662 476,23	6 561 615,03
Total de Ativos correntes		<u>9 287 179,28</u>	<u>12 826 439,04</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>23 133 263,55</u>	<u>26 782 101,09</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	13	1 000 000,00	1 000 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	13	5 065 000,00	4 090 000,00
Reserva legal	13	183 266,43	183 266,43
Outras reservas		3 172 090,61	3 333 058,42
Resultados transitados		(120 058,17)	262 747,31
Excedentes de revalorização		1 091,93	1 091,93
Outros rendimentos integrais		-	(65 653,23)
Resultado líquido do exercício		(162 495,37)	(382 805,46)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>9 138 895,43</u>	<u>9 221 705,38</u>
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Acionistas	18	2 768 352,61	3 348 352,61
Financiamentos obtidos	19	-	9 218,03
Passivos por impostos diferidos	15	218 560,69	254 987,47
Outros passivos não correntes	14	74 353,77	63 589,86
Total de passivos não correntes		<u>3 061 267,07</u>	<u>3 676 147,97</u>
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	16	704 359,24	1 006 892,88
Estado e outros entes públicos	17	265 641,12	250 554,93
Acionistas	18	1 544 505,57	1 974 594,60
Financiamentos obtidos	19	9 217,25	20 669,72
Outras contas a pagar	20	8 197 668,47	10 375 713,21
Diferimentos	12	211 709,40	247 822,31
Total de passivos correntes		<u>10 933 101,05</u>	<u>13 884 247,74</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>13 994 368,12</u>	<u>17 560 395,71</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>23 133 263,55</u>	<u>26 782 101,09</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Corretor de Seguros, SA

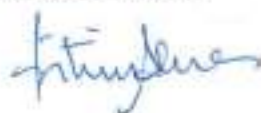
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
Vendas e prestações de serviços	24 e 33	21 738 447,80	19 393 357,65
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	(182 492,61)	-
Fornecimentos e serviços externos	25	(11 489 342,42)	(9 784 728,98)
Gastos com o pessoal	26	(7 834 131,53)	(6 724 665,32)
Impandade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	27	-	729,80
Impandade em investimentos ((perdas) / reversões)	8	516,34	(815 019,22)
Outros rendimentos e ganhos	28	941 430,56	693 980,73
Outros gastos e perdas	29	(693 467,43)	(667 554,54)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>2 480 960,71</u>	<u>2 096 100,12</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6 e 7	(2 200 843,09)	(1 631 855,69)
Impandade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		<u>280 117,62</u>	<u>464 244,43</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>280 117,62</u>	<u>464 244,43</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	30	2 065,10	4 001,48
Juros e gastos similares suportados	30	(103 594,75)	(164 990,36)
Resultado antes de impostos		<u>178 587,97</u>	<u>303 255,55</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	31	(341 083,34)	(686 061,03)
Resultado líquido do exercício		<u>(162 495,37)</u>	<u>(382 805,48)</u>
Resultados por ação básico		<u>(0,81)</u>	<u>(1,91)</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Corretor de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PARA OS EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outros rendimentos integrais	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015	1.000.000,00	4.890.000,00	145.562,69	2.879.434,68	-	1.091,93	(25.416,00)	754.074,29	9.644.748,00
Alterações no exercício									
Aplicação do resultado líquido do exercício	-	-	37.703,74	453.623,74	262.747,31	-	-	(754.074,29)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	37.703,74	453.623,74	262.747,31	-	-	(754.074,29)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.000.000,00	4.890.000,00	183.266,43	3.333.058,42	262.747,31	1.091,93	(40.237,23)	(382.805,48)	(423.042,71)
Alterações no exercício									
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1.000.000,00	4.890.000,00	183.266,43	3.333.058,42	262.747,31	1.091,93	(65.653,23)	(382.805,48)	9.221.705,38
Alterações no exercício									
Fusão	-	175.000,00	-	(95.314,58)	-	-	-	-	75.685,42
Aplicação do resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(382.805,48)	-	-	382.805,48	-
Outras operações	-	-	-	(65.653,23)	-	-	65.653,23	-	-
Rendimento integral do exercício	-	175.000,00	-	(160.967,01)	(382.805,48)	-	65.653,23	382.805,48	79.685,42
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.000.000,00	5.065.000,00	183.266,43	3.172.090,61	(120.058,17)	1.091,93	(0,00)	(162.495,37)	9.138.895,43

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Corretor de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

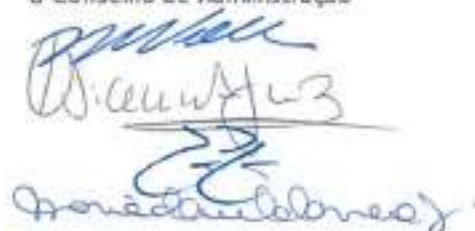
	Notas	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		20 251 003,58	21 615 885,15
Pagamentos a fornecedores		(11 370 312,38)	(10 809 363,96)
Pagamentos ao pessoal		(7 776 814,93)	(6 637 411,76)
Caixa gerada pelas operações		1 103 876,27	4 169 109,43
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 587,32)	(975,57)
Outros recebimentos / pagamentos		(347 941,10)	348 859,71
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		754 347,85	4 516 993,57
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(614 628,39)	(243 020,30)
Ativos intangíveis	6	(327 616,59)	(430 103,41)
Investimentos financeiros	8	(1 236 989,21)	(245 530,40)
Financiamentos concedidos		-	(45 000,00)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		9 028,26	1 000,00
Financiamentos concedidos		45 000,00	-
Juros e rendimentos similares		1 975,04	3 902,25
Dividendos		90,06	99,23
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(2 123 140,83)	(958 652,63)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 859 000,00	550 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 295 000,00)	(2 973 000,00)
Juros e gastos similares		(176 073,54)	(253 513,41)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(612 073,54)	(2 676 513,41)
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(1 980 866,52)	881 827,53
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	6 561 615,03	5 679 787,50
Efeito da fusão	1	81 727,72	-
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	4 662 476,23	6 561 615,03

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Corretor de Seguros, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS - Corretor de Seguros, SA ("Empresa" ou "MDS"), é uma sociedade anónima, com sede no Porto, constituída em 1984 tendo como atividade principal a corretagem de seguros.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido - Via Norte, 4470-177 Maia.

Nos termos do Artigo 7º do Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, a Empresa está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas dado que a MDS, S.G.P.S, S.A., apresenta contas nas quais são incluídas as demonstrações financeiras da Empresa e suas subsidiárias.

1.1 Operação de Fusão

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, operou-se a fusão por incorporação da empresa MDS Affinity - Sociedade de Mediação de seguros, Lda (sociedade incorporada) na MDS - Corretor de Seguros, S.A. (sociedade incorporante), a qual produziu efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016.

Uma vez que esta operação ocorreu sob controlo comum, todos os ativos e passivos da MDS Affinity - Sociedade de Mediação de seguros, Lda foram transmitidos pelos respetivos valores contabilísticos e escriturados na contabilidade da Empresa pelos valores contabilísticos com que se encontram escriturados na MDS - Sociedade de Mediação de seguros, Lda na data da produção de efeitos contabilísticos do projeto de fusão.

Os valores dos ativos e passivos fusionados no âmbito do processo de Fusão à data da produção de efeitos contabilísticos eram como segue:

ATIVO	1. Janeiro 2016
Ativos fixos tangíveis	96 578,86
Ativos intangíveis	31 900,88
Clientes	1 680,18
Estado e outros entes públicos	11 856,48
Sócios	3 352,63
Outras contas a receber	220 920,71
Diferimentos	2 802,74
Caixa e depósitos bancários	81 727,72
	<u>450 820,20</u>
PASSIVO	
Fornecedores	87 472,48
Estado e outros entes públicos	36 082,21
Sócios	86 587,14
Outros contas a pagar	160 992,95
	<u>371 134,78</u>
Impacto da fusão nos capitais próprios	79 685,42
Prestações acessórias	175 000,00
Outras reservas	(95 314,58)

Filves
 M.
 (Signature)
 (Signature)
 (Signature)

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro 2016.

As alterações que provocaram impactos mais relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa são as seguintes:

- NCRF 14 – Concentração de atividades empresariais

A aquisição de interesses numa entidade já controlada passa a ser tratada como uma transação de capital (não dá origem ao reconhecimento de ganhos em resultados, nem ao reconhecimento de goodwill).

De igual forma, a alienação de interesses sem perda de controlo é considerada uma transação de capital sem efeitos em resultados.

Quando é adquirido controlo numa entidade relativamente à qual já eram detidos interesses (sem controlo), a participação financeira anteriormente detida é, no momento do registo da concentração, mensurada a justo valor, sendo a correspondente diferença registada de imediato em resultados. Isto é, assume-se que, em substância, os interesses anteriormente detidos foram alienados a justo valor na data da concentração.

O goodwill deve ser amortizado, nos termos desta norma, pelo prazo da sua vida útil, ou no prazo de 10 anos, caso a sua vida útil não possa ser estimada com fiabilidade.

Além disso, a adquirente deve testar o goodwill quanto à imparidade se os acontecimentos ou as alterações nas estimativas indicarem que pode estar em imparidade, de acordo com a NCRF 12 – Imparidade de Ativos.

Ao nível da demonstração dos resultados os impactos das alterações das políticas contabilísticas anteriormente descritos ascendem a aproximadamente 740.000 euros decorrentes da amortização do goodwill relativo à carteira unibroker/becim (nota 7).

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções (instalações)	10
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	12,5 e 33,33
Outros activos fixos tangíveis	12,5

As perdas por imparidade identificadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

3.2.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como gastos na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem e que se situam em cerca de 12 anos.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem concluídos ou disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 8 anos, e registadas por contrapartida da rubrica gastos/reversões de depreciação e de amortização da demonstração dos resultados.

3.2.3 Goodwill

Durante o exercício de 2006, a Empresa efetuou uma operação de fusão, tendo incorporado as suas filiais Unibroker Corretores de Seguros, SA e Becim Corretora de Seguros, Lda gerando um *goodwill* com essa operação.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa efetuou uma operação de fusão, tendo incorporado a subsidiária Polinsur – Mediação de Seguros, Lda, a qual também gerou *goodwill*.

No exercício de 2016 o valor de *goodwill* começou a ser amortizado. O valor das amortizações é registado como gasto na demonstração de resultados do exercício. Foi definido como prazo de amortização o período de 10 anos.

3.2.4 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Esta classificação é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.2.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expetativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.2.6 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos no capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como ganhos na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que já tenha incorrido nos custos subsidiados e que cumpra com as condições exigidas para sua concessão.

3.2.7 Investimentos em Empresas do Grupo ou Associadas

Os investimentos em partes de capital, controladas por empresas do grupo, mas em que a Empresa, individualmente, não tem capacidade de exercício de influência significativa ou controlo, são mensurados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os investimentos em partes de capital para os quais a Empresa tem capacidade de exercício de influência significativa e controlo são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da MDS no resultado integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das empresas do grupo, por contrapartida do resultado integral ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da empresa do grupo na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como *goodwill* (Nota 3.2.3) e mantidas no valor de investimento financeiro. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos mensurados pelo método da equivalência patrimonial quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada como gastos as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Os restantes investimentos, nomeadamente efetuados em fundos de investimento, são registados pelo seu justo valor através de resultados determinado de acordo com a sua cotação de mercado.

3.2.8 Instrumentos financeiros

3.2.8.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por

imparidade em dívidas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

3.2.8.2 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na rubrica juros e gastos similares suportados da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 3.2.12. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

3.2.8.3 Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

3.2.8.4 Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.8.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, no balanço.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

3.2.8.6 Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo e pelo método da equivalência patrimonial, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo e pelo método da equivalência patrimonial).

3.2.8.7 Ativos / passivos financeiros relacionados com contratos de seguros e atividade de corretagem

Os corretores de seguros atuam como agentes na colocação de riscos seguráveis dos seus clientes junto das seguradoras pelo que não são responsáveis enquanto parte principal nas transações efetuadas. Consequentemente, e para além do registo de comissões ou fees com as transações, nenhum registo contabilístico é efetuado até ao efetivo recebimento dos prémios de seguro ou indemnizações, altura em que são registados os correspondentes passivos em favor da empresa seguradora ou do cliente, respetivamente. Em determinadas circunstâncias a Empresa adianta as indemnizações aos clientes por conta das seguradoras, situação em que tais montantes ficam reconhecidos como Clientes e Outras dívidas de terceiros.

3.2.8.8 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.9 Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução da cotação das ações da Sonae, SGPS, SA.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano) e posteriormente atualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de ações atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em gastos com pessoal e passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de direitos sobre ações remíveis em dinheiro.

3.2.10 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.11 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A empresa está inserida no grupo de empresas dominado pela MDS, SGPS, SA e tributado de acordo com Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), pelo que consequentemente os saldos apurados de imposto a pagar ou a receber são incluídos nas rubricas do balanço em acionistas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.2.12 Rédito e especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

A Empresa procede ao registo de comissões geradas com a atividade de mediação de seguros no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respetivo prémio.

Relativamente aos prémios recebidos pela Empresa, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento pela Empresa, momento em que a Empresa assume a obrigação da entrega do montante do prémio líquido da comissão à Companhia de Seguros respetiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, a Empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

Nas situações em que a Empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros.

Na rubrica do ativo e passivo diferimentos estão incluídos os gastos e os rendimentos que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.2.13 Plano complementar de reforma

As empresas Unibroker Corretores de Seguros, SA e Becim Corretora de Seguros, Lda (entretanto incorporadas na Empresa durante o exercício de 2006), assumiram, respetivamente, em 1993 e 1992, compromissos de complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus colaboradores.

Os compromissos encontram-se assumidos através de um contrato de seguro na Companhia de Seguros Ocidental (no caso da Unibroker Corretores de Seguros, SA) e pela participação num Fundo de Pensões Becim, incorporado e gerido pelo Fundo de Pensões Aberto do BPI (no caso da Becim Corretora de Seguros, Lda).

A Empresa adota como política contabilística, para o reconhecimento das suas responsabilidades por estes complementos, os critérios definidos na NCRF 28 – Benefícios dos empregados, obtendo anualmente os estudos e cálculos atuariais dos Fundos em causa (Nota 22). Tais benefícios dos empregados configuram planos de benefícios definidos nos termos da referida norma, sendo que todos de juros e os custos por serviços prestados são registados na demonstração de resultados e todas as variações de responsabilidades por alteração de pressupostos atuariais registadas em capital próprio.

Durante o exercício de 2016, foi efetuado o resgate dos fundos atrás descritos.

3.3 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade do *goodwill*, de investimentos em empresas do grupo e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis, nomeadamente o valor afeto à carteira de cliente;
- Registo de imparidades ao valor do ativo;
- Registo de provisões.

As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

3.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras, se materiais. Os eventos

após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. O caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme se segue:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Numerário	17 493,06	19 172,02
Depósitos bancários	4 644 983,17	6 542 443,01
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	4 662 476,23	6 561 615,03

Dos montantes acima referidos, aproximadamente, 4 milhões de Euros correspondem a disponibilidades a entregar às seguradoras (5,1 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2015). Face ao anteriormente exposto a MDS espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes ao nível do Grupo MDS.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações era o seguinte:

Ativo bruto	Terras	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	85 419,14	408 623,62	1 667 278,97	18 163,73	2 234 408,68	19 400,07	65 956,52	4 497 249,65
Aquisições	-	-	1 291,59	-	18 044,96	-	196 751,35	216 087,91
Diminuições	-	(3 015,46)	(3 321,86)	-	(659 800,68)	(4 398,70)	(23,14)	(670 559,84)
Transferências / abates	-	-	48 154,56	-	40 161,06	-	(86 355,62)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	85 419,14	405 608,36	1 711 443,17	18 163,73	2 632 894,94	15 002,17	176 229,11	4 042 860,62
Aumentos	-	-	49 379,64	3 500,00	36 177,28	3 073,79	492 271,76	584 401,87
Fusão (nota 1)	-	-	269 031,64	-	141 602,41	-	-	549 314,65
Diminuições	-	-	(36 262,80)	-	(60 595,86)	-	-	(96 858,66)
Transferências / abates	-	-	401 506,37	-	-	-	(401 506,37)	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	85 419,14	405 608,36	2 329 687,42	21 663,73	3 960 158,77	18 075,96	267 094,50	5 075 717,88
Depreciações acumuladas								
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	-	216 993,03	854 757,94	18 163,74	2 051 409,78	19 136,20	-	3 160 460,69
Aumentos	-	5 125,47	1 77 244,63	-	64 743,66	262,67	-	247 376,43
Diminuições	-	(3 015,46)	(2 468,76)	-	(654 703,26)	(4 398,70)	-	(664 586,18)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	-	219 103,04	1 029 533,81	18 163,74	1 461 450,18	15 002,17	-	2 743 252,86
Aumentos	-	5 125,15	243 503,67	143,82	88 207,02	1 400,52	-	331 201,78
Fusão (nota 1)	-	-	155 023,08	-	393 732,11	-	-	448 755,19
Diminuições	-	-	(23 570,82)	-	(60 595,85)	-	-	(84 166,67)
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	-	224 228,10	1 404 489,74	18 309,56	1 782 773,98	16 402,69	-	3 446 213,16
Valor líquido								
A 31 de dezembro de 2015	85 419,14	184 505,32	881 909,36	-	1 71 444,84	-	176 229,11	1 299 607,76
A 31 de dezembro de 2016	85 419,14	179 280,17	925 207,68	3 354,17	1 67 384,79	1 664,27	267 094,50	1 629 504,72

As adições realizadas no decorrer do exercício de 2016 encontram-se essencialmente associadas a trabalhos realizados nas instalações da Empresa, administrativos e comerciais.

	UBK/ BC	Polinsur	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	6.844.554,74	561.100,13	7.405.654,87
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	6.844.554,74	561.100,13	7.405.654,87
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	6.844.554,74	561.100,13	7.405.654,87
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	6.844.554,74	561.100,13	7.405.654,87
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	-	-	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	-	-	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	-	-	-
Aumentos	684.455,47	56.110,03	740.565,50
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	684.455,47	56.110,03	740.565,50
Valor líquido			
A 31 de dezembro de 2015	6.844.554,74	561.100,13	7.405.654,87
A 31 de dezembro de 2016	6.160.099,27	504.990,10	6.665.089,37

	UBK/ BC	Polinsur	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2014	6.844.554,74	561.100,13	7.405.654,87
Saldo final a 31 de dezembro de 2014	6.844.554,74	561.100,13	7.405.654,87
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	6.844.554,74	561.100,13	7.405.654,87
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	6.844.554,74	561.100,13	7.405.654,87
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2014	-	-	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2014	-	-	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	-	-	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2015	-	-	-
Valor líquido			
A 31 de dezembro de 2014	6.844.554,74	561.100,13	7.405.654,87
A 31 de dezembro de 2015	6.844.554,74	561.100,13	7.405.654,87

8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 Participações financeiras – método de equivalência patrimonial

O detalhe das participações financeiras registadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe dos ativos intangíveis e respectivas depreciações era o seguinte:

Ativo bruto	Propriedade Industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	1 954 734,67	5 763 454,50	20 700,90	7 738 890,07
Aumentos	280 000,00	6 213,16	133 297,63	419 510,79
Transferências / abates	-	153 998,53	(153 998,53)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	2 234 734,67	5 923 666,19	-	8 158 400,86
Aumentos	-	-	56 233,63	56 233,63
Fusão (nota 1)	1 930,00	1 712 257,29	8 360,45	1 722 547,74
Transferências / abates	-	11 131,06	(11 131,06)	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	2 236 664,67	7 647 054,54	53 463,02	9 937 182,23
Amortizações acumuladas				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2015	659 560,22	3 195 986,53	-	3 855 546,75
Aumentos	185 230,13	1 199 249,13	-	1 384 479,26
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	844 790,35	4 395 235,66	-	5 240 026,01
Aumentos	185 230,13	936 655,67	-	1 121 885,80
Fusão (nota 1)	1 930,00	1 688 716,86	-	1 690 646,86
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	1 031 950,48	7 020 608,19	-	8 052 558,67
Valor líquido				
A 31 de dezembro de 2015	1 389 944,32	1 528 430,53	-	2 918 374,85
A 31 de dezembro de 2016	1 204 714,19	626 446,35	53 463,02	1 884 623,56

Os aumentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 nas rubricas "Software" e "Ativos intangíveis em curso" são constituídos fundamentalmente por investimentos no desenvolvimento do software operacional, relativo à gestão de carteiras e de prémios da Empresa e na elaboração de portal de interação com os clientes da Empresa.

O impacto decorrente da fusão com a MDS Affinity (nota 1) encontra-se essencialmente associado à plataforma online Continente Seguros.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2015 a Empresa procedeu à aquisição de um trespasse na zona centro do país pelo montante de 280.000 euros, que se encontra registado como aumento na rubrica "Propriedade industrial e outros direitos".

7 GOODWILL

No exercício findo 31 de dezembro de 2016 a empresa registou amortização do Goodwill.

O goodwill é relativo às carteiras da Unibroker/ Becim e da Polinsur, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o seu detalhe e respetiva amortização, a qual está a ser refletida em 10 anos, foi o seguinte:

31.dezembro.2016						
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aplicação Método de Equivalência Patrimonial	Total
Accive	70,00%	245 530,40	154 000,00	-	(65 567,00)	333 963,40
Filhet Allard	35,00%	-	912 751,00	-	(108 611,61)	804 139,39
Iberosegur	100,00%	-	356 827,00	-	(5 850,00)	350 977,00
Moneris Seguro	60,00%	-	101 306,00	-	(2 464,00)	98 842,00
		<u>245 530,40</u>	<u>1 524 884,00</u>	<u>-</u>	<u>(182 492,61)</u>	<u>1 587 921,79</u>

31.dezembro.2015						
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aplicação Método de Equivalência Patrimonial	Total
Accive	70,00%	-	245 530,40	-	-	245 530,40
		<u>-</u>	<u>245 530,40</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>245 530,40</u>

No exercício findo a 31 de dezembro de 2016 a Empresa reforçou a sua participação no capital da sociedade Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A. através de prestações acessórias, no montante de 154.000 euros, e adquiriu 100% do capital da sociedade da Iberosegur – Sociedade Ibérica de Mediação de Seguros, Lda, pelo montante de 356.827 euros, 35% do capital da sociedade Filhet Allard, pelo montante de 629.751 euros, seguido de um aumento de capital em espécie com a incorporação na referida entidade de uma carteira de clientes gerada internamente pelo montante de 283.000 euros, e 60% do capital da sociedade Moneris Seguros – Mediação de Seguros, Lda, pelo montante de 101.306 euros, que têm por objeto a mediação de seguros.

B.2 Participações financeiras – outros métodos

O detalhe das participações financeiras, registadas pelo custo de aquisição, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

31.dezembro.2016					
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Total
Lazam - MDS Corretora e Administradora de Seguros, SA	5,13%	2 907 391,18	-	-	2 907 391,18
MDS Malta Holding Limited	0,0001%	5,00	-	-	5,00
Brokerslink AG	2,63%	-	45 758,21	-	45 758,21
Valor bruto		<u>2 907 396,18</u>	<u>45 758,21</u>	<u>-</u>	<u>2 953 154,39</u>
Perdas por imparidade		<u>934 580,22</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>934 580,22</u>
Valor líquido		<u>1 972 815,96</u>	<u>45 758,21</u>	<u>-</u>	<u>2 018 574,17</u>

31.dezembro.2015					
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Total
Lazam - MDS Corretora e Administradora de Seguros, SA	5,53%	2 907 391,18	-	-	2 907 391,18
MDS Malta Holding Limited	0,0001%	5,00	-	-	5,00
Valor bruto		<u>2 907 396,18</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 907 396,18</u>
Perdas por imparidade		<u>119 561,00</u>	<u>815 019,22</u>	<u>-</u>	<u>934 580,22</u>
Valor líquido		<u>2 787 835,18</u>	<u>(815 019,22)</u>	<u>-</u>	<u>1 972 815,96</u>

A Empresa adquiriu, no decorrer do exercício de 2016, uma participação de 2,63% na Brokerslink AG com sede na Suíça.

Foi efetuada uma avaliação ao investimento financeiro na Lazam – MDS Brasil – Consultores de Seguros de Risco de forma a determinar a existência ou não de imparidade. Em resultado do referido teste, no exercício de 2016 não há perda por imparidade.

A avaliação foi efetuada por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados, de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. Os principais pressupostos utilizados para a valorização deste investimento podem ser detalhados como segue:

	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de crescimento médio anual do volume de negócios (em termos médios)	Taxa de desconto utilizada
Lazam	4%	7,2%	15,50%

9 ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O montante registado na rubrica de ativos por impostos diferidos a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 detalha-se como segue:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Amortizações não aceites fiscalmente	4 200,00	-
Provisões e perdas por imparidade	3 352,38	72 865,39
Prémios diferidos baseados em acções	26 781,20	38 712,82
Diferimento de mais-valia	23 937,08	-
Outros	2 100,00	2 100,00
	<u>60 370,66</u>	<u>113 678,21</u>

O movimento na rubrica de ativos por impostos diferidos no exercício de 2016 e de 2015 detalha-se como segue:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Saldo inicial	113 678,21	132 619,98
Efeito em resultados:		
Amortizações não aceites fiscalmente	4 200,00	-
Provisões e perdas por imparidade	(69 513,01)	-
Prémios diferidos baseados em acções	(11 931,62)	(14 989,27)
Diferimento de mais-valia	23 937,08	-
Outros	-	(3 952,50)
Saldo final	<u>60 370,66</u>	<u>113 678,21</u>

10 CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é o seguinte:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Clientes correntes	652 443,17	673 475,57
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 27)	(14 899,46)	(18 842,68)
	<u>637 543,71</u>	<u>654 632,89</u>

O saldo de clientes respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa. Os montantes apresentados encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela MDS, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A MDS entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

Em 31 de dezembro 2016 e 2015, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Não vencido	159.174,32	370.492,22
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	170.177,86	59.677,26
30 - 90 dias	181.169,96	27.765,19
+ 90 dias	127.021,57	196.698,22
Vencido mas com registo de imparidade		
+ 360 dias	<u>14.899,46</u>	<u>18.842,68</u>
	<u>652.443,17</u>	<u>673.475,57</u>
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 27)	<u>(14.899,46)</u>	<u>(18.842,68)</u>
	<u>637.543,71</u>	<u>654.632,89</u>

11 OUTRAS CONTAS A RECEBER

O detalhe de outras contas a receber em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é o seguinte:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel s/ comissões a receber de seguradoras	374.697,78	453.222,44
Comissões a receber de seguradoras	948.994,35	1.123.236,58
Outros	<u>86.107,71</u>	<u>161.919,56</u>
	<u>1.409.799,84</u>	<u>1.738.378,58</u>
Outras dívidas de terceiros		
Fornecedores c/c - saldos devedores	412.688,74	95.407,64
Financiamentos concedidos a subsidiárias	-	45.000,00
Outros devedores		
Partes relacionadas	166.419,76	135.686,00
Seguradoras	378.563,99	891.434,58
Tomadores de seguros	1.078.360,82	2.156.475,12
Colaboradores	4.254,35	8.582,00
Outros	<u>212.078,60</u>	<u>184.586,51</u>
	<u>2.252.366,26</u>	<u>3.517.171,85</u>
Perdas por Imparidade (Nota 27)	-	(305.003,50)
Outras dívidas de terceiros	<u>2.252.366,26</u>	<u>3.212.168,35</u>
	<u>3.662.166,10</u>	<u>4.950.546,93</u>

12 DIFERIMENTOS

O detalhe da rubrica diferimentos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Valores devedores		
Seguros	86 615,56	59 857,15
Fornecimentos e serviços externos	192 262,07	212 638,77
Benefícios reforma (Nota 22)	-	336 409,67
Outros	<u>1 312,70</u>	<u>22 849,60</u>
	<u>280 190,33</u>	<u>631 755,19</u>
Valores credores		
Prestação de serviços	<u>211 709,40</u>	<u>247 822,31</u>
	<u>211 709,40</u>	<u>247 822,31</u>

13 CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social integralmente subscrito e realizado está representado por 200.000 ações ordinárias ao portador com o valor nominal de 5 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a MDS, SGPS, SA detinha 100% das ações representativas do capital social da Empresa.

O valor incluído na rubrica Outros instrumentos de capital corresponde a Prestações acessórias constituídas durante o exercício de 2010 na sequência de deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Durante o exercício de 2016 decorrente da fusão com a Empresa MDS Affinity foram incorporados 175.000,00 euros relativos a prestações acessórias, uma reserva por fusão negativa pelo montante de 42.457,28 euros e uma reserva de ajustamentos de conversão de POC para SNC no montante de 52.857,30 euros.

As prestações acessórias acima referidas seguem o regime jurídico de prestações suplementares não sendo remuneradas.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada em capital.

14 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o montante registado nesta rubrica corresponde a responsabilidades por pagamentos baseados em ações. Adicionalmente existe igualmente um montante registado no passivo corrente com a mesma natureza (nota 20).

15 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o detalhe de passivos por impostos diferidos é como se segue:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Saldo inicial	254.987,47	291.414,25
Efeito em resultados:		
Amortizações da carteira de clientes	(36.426,78)	(36.426,78)
	218.560,69	254.987,47
Saldo final	218.560,69	254.987,47

O movimento na rubrica de passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi como segue:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Valor líquido das carteiras de clientes	971.380,86	1.133.277,66
	971.380,86	1.133.277,66
Taxa	22,5%	22,5%
Passivos por impostos diferidos	218.560,69	254.987,47

16 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, de 704.359,24 Euros e 1.006.892,88 Euros, respetivamente, respeita exclusivamente a valores a pagar a fornecedores correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico aproximadamente o seu justo valor.

17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Valores devedores		
Pagamento Especial por Conta	11 563,16	-
Outros Impostos	1 060,58	156,01
	12 623,74	156,01
Valores credores		
Imposto sobre o valor acrescentado	17 910,28	22 271,48
Retenções na fonte	117 922,87	105 815,84
Contribuições para a Segurança Social	129 627,89	108 467,61
Outros impostos	180,08	14 000,00
	265 641,12	250 554,93

A estimativa de IRC - Imposto sobre o rendimento, está revelada na rubrica acionistas (Nota 18), dado que a Empresa está incluída no grupo de empresas dominado pela MDS, SGPS, SA e tributada de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

18 ACIONISTAS

A 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de Acionistas detalha-se como segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Activo corrente		
RETGS	32 179,17	27 732,99
	<u>32 179,17</u>	<u>27 732,99</u>
Passivo não corrente		
Financiamentos de participantes de capital	2 768 352,61	3 348 352,61
	<u>2 768 352,61</u>	<u>3 348 352,61</u>
Passivo corrente		
Financiamentos de participantes de capital	219 000,00	-
RETGS	1 325 505,57	1 646 738,65
Aquisição de ações - compensação diferida	-	327 856,04
	<u>1 544 505,57</u>	<u>1 974 594,69</u>

O montante incluído na rubrica RETGS passivo corrente corresponde montantes a pagar à sociedade dominante relativos ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas apurado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (Nota 3.2.11 e 17).

O montante dos financiamentos de participantes de capital acima referido são empréstimos obtidos da acionista MDS, SGPS, SA, os quais vencem juros a taxas de mercados e têm uma natureza de longo prazo (Nota 32).

19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe da rubrica financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

Não correntes	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Locações financeiras	-	9.218,03
	<u>-</u>	<u>9.218,03</u>
Correntes		
Locações financeiras	9.217,25	28.669,72
	<u>9.217,25</u>	<u>28.669,72</u>

Os contratos de locação financeira respeitam à utilização de imóveis no âmbito da atividade comercial da MDS. O plano de pagamentos dos mesmos é detalhado como segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
2016	-	28 669,72
2017	9 236,31	9 237,00
2018 e seguintes	-	-
	<u>9 236,31</u>	<u>37 906,72</u>

20 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica outras contas a pagar pode ser detalhada como segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Fornecedores de investimentos	70 960,30	286 607,37
Clientes com saldo credor	61 274,45	44 776,87
Outros credores		
Seguradoras	3 784 107,53	7 171 717,65
Colaboradores	14 661,73	8 283,17
Agentes	28 521,99	3 221,81
Outros	988 953,13	28 491,81
Credores por acréscimos de gastos		
Fornecimentos e serviços externos	1 589 161,38	1 190 196,73
Remunerações a liquidar	1 504 584,84	1 366 317,70
Pagamentos baseados em ações	44 673,79	108 467,10
Juros de empréstimos	102 455,80	163 816,09
Outros	8 313,53	3 816,91
	<u>8 197 668,47</u>	<u>10 375 713,21</u>

O montante registado na rubrica de outros credores corresponde, essencialmente, a valores a pagar às Companhias de Seguros no âmbito da atividade normal da Empresa.

21 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional de imóveis, viaturas e outros equipamentos cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Vencíveis em:		
2017 renovável automaticamente	225 759,84	249 754,56
2017	714 876,00	713 273,30
2018	641 145,12	706 183,86
2019	546 961,15	589 931,87
2020	303 535,04	495 640,06
2021	25 697,37	253 943,75
	<u>2 457 974,52</u>	<u>3 008 727,39</u>

Em 31 de dezembro de 2016 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 896.311,44 Euros (922.692,36 Euros no exercício de 2015) relativo a contratos de locação operacional (Nota 25).

22 COMPLEMENTO DE PENSÕES DE REFORMA

A Empresa assumiu em exercícios anteriores responsabilidades pelo pagamento de complementos de reforma aos colaboradores das empresas Unibroker Corretores de Seguros, SA e Becim Corretora de Seguros, Lda (entretanto incorporadas na Empresa durante o exercício de 2006).

- a) Fundo Autónimo em Companhia de Seguros (Fundo colaboradores Unibroker):
- b) Fundo de Pensões aberto (Fundo colaboradores Becim):

No exercício de 2016 procedeu-se ao resgate destes fundos, tendo sido gerada uma mais-valia de 48.835,54 euros, registada em Outros Rendimentos e Ganhos (Nota 28). O valor das reservas acumuladas em Outro Rendimento Integral, de 65.563,23 euros, foi transferido para Reservas Livres.

23 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a MDS tinha garantia prestada de 300.476,94 Euros relativas ao cumprimento das condições específicas de acesso à categoria de corretor de seguros em Portugal, as quais são mantidas junto do Instituto de Seguros de Portugal ("ISP") que por sua vez passou a designar-se Autoridade de supervisão de Seguros ("ASF") a 1 de janeiro de 2015.

Em 2012, foi também subscrita uma garantia de 410.526,23 Euros por processo fiscal relativo a Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas do exercício fiscal de 2008, no montante de 321.783,08 Euros. A Empresa apresentou em 21 de janeiro de 2013 uma impugnação judicial no Tribunal Administrativo do Porto, com os seus argumentos, exigindo a anulação da liquidação de imposto. É entendimento do Conselho de Administração que deste processo não resultarão perdas para a Empresa, motivo pelo qual não foi registada qualquer provisão.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2015 foi subscrita garantia bancária no montante de 352.960,44 Euros para efeitos de garantia de pagamento a seguradora pela subsidiária ACCIVE Insurance - Corretores de Seguros, S.A.

24 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor líquido das prestações de serviços nos exercícios de 2016 e 2015 por mercados geográficos e por natureza é a seguinte:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Comissões		
Nacionais	20 522 452,29	18 273 857,30
Internacionais	385 991,80	325 799,64
Fees		
Nacionais	648 043,99	747 442,16
Outros		
Nacionais	181 959,72	46 258,55
Internacionais	-	-
	<u>21 738 447,80</u>	<u>19 393 357,65</u>

A reconciliação dos valores considerados nas divulgações relativamente à Nota 33 (Norma regulamentar nº 15/2009 do Instituto de Seguros de Portugal) e os valores de comissões nacionais é como segue:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Comissões consideradas Norma regulamentar 15/2009 ISP (Nota 33)	20 869 819,73	18 773 051,81
Valor de rappel dotado e não recebido	(64 641,74)	47 784,22
Dotação / (anulação) comissões	(260 782,91)	(726 672,72)
Outros	(21 942,79)	179 693,99
Total de comissões nacionais	20 522 452,29	18 273 857,30

25 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	31.Dezembro.2016	31.Dezembro.2015
Trabalhos especializados	1 161 136,00	985 279,94
Comissões	6 912 298,37	5 867 714,31
Publicidade e propaganda	363 849,91	184 515,77
Vigilância e segurança	1 608,97	1 254,68
Honorários	-	11 764,68
Serviços bancários	33 720,06	33 576,15
Conservação e reparação	590 854,88	580 606,70
Ferramentas e utensílios	235,11	26,90
Livros e documentação técnica	1 296,16	2 194,97
Material de escritório	31 127,28	24 298,42
Artigos para oferta	17 294,25	24 097,78
Electricidade	40 145,06	44 429,18
Combustíveis	76 431,63	73 227,10
Água	20 107,40	45 857,34
Deslocações e estadas	399 426,16	344 917,80
Rendas e alugueres (Nota 21)	935 118,55	969 869,17
Comunicação	438 698,80	346 369,57
Seguros	52 357,48	53 009,79
Contencioso e notariado	4 455,48	3 842,14
Despesas de representação	104 972,23	96 340,09
Limpeza higiene e conforto	51 253,58	42 515,94
Outros	252 955,06	49 020,56
	11 489 342,42	9 784 728,98

26 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de gastos com o pessoal era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Remunerações	6 082 653,87	5 199 231,74
Indemnizações	40 121,93	69 030,00
Encargos sobre remunerações	1 196 693,25	1 047 551,50
Seguros	307 731,36	209 974,41
Gastos com acção social	84 688,41	83 263,60
Outros gastos com pessoal	122 242,71	115 614,07
	<u>7 834 131,53</u>	<u>6 724 665,32</u>

27 IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

Rubricas	<u>01.janeiro.2016</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 10)	18 842,68	-	(3 943,22)	14 899,46
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 11)	305 003,50	-	(305 003,50)	-
	<u>323 846,18</u>	<u>-</u>	<u>(308 946,72)</u>	<u>14 899,46</u>

Rubricas	<u>01.janeiro.2015</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 10)	26 095,00	729,80	(7 982,12)	18 842,68
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 11)	305 003,50	-	-	305 003,50
	<u>331 098,50</u>	<u>729,80</u>	<u>(7 982,12)</u>	<u>323 846,18</u>

Durante o exercício de 2016, foi efetuada uma análise às contas correntes das Companhias e foi apurada a necessidade de utilizar a imparidade registada nos exercícios anteriores.

28 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de outros rendimentos e ganhos era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Rendimentos suplementares		
Honorários de gestão	241 101,58	308 390,19
Serviços prestados a empresas do grupo	228 005,47	296 376,98
Outros	76 517,95	25 989,87
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	10 039,26	2 137,57
Diferenças de câmbio	3 068,06	1 512,04
Benefícios de reforma (Nota 22)	48 834,54	13 173,13
Outros	333 863,70	46 400,95
	<u>941 430,56</u>	<u>693 980,73</u>

A rubrica de Outros inclui um montante de 283.000 mil euros, relativo à mais valia gerada com a incorporação na participada Filhet Allard de uma carteira de clientes gerada internamente (Nota 8).

29 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de outros gastos e perdas era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Impostos	394.109,97	363.692,57
Donativos	34.786,04	50.862,48
Quotizações	35.808,66	32.220,39
Diferenças cambiais	7.442,79	25.419,74
Outros	221.319,97	195.359,36
	<u>693.467,43</u>	<u>667.554,54</u>

30 GANHOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe dos ganhos e perdas financeiras era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Juros suportados	(103.594,75)	(164.990,36)
	<u>(103.594,75)</u>	<u>(164.990,36)</u>
Juros obtidos	2.065,10	4.001,48
	<u>2.065,10</u>	<u>4.001,48</u>

31 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 é detalhado conforme se segue:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Imposto corrente	331.966,88	319.303,25
Imposto diferido (Notas 9 e 15)	16.880,77	174.948,88
(Excesso) / insuficiência estimativa imposto	(7.764,31)	191.808,90
	<u>341.083,34</u>	<u>686.061,03</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e de 2015 pode ser analisada como segue:

	31.dezembro.2016	31.dezembro.2015
Resultado antes de impostos	178 587,97	303 255,55
Amortização de Goodwill	740 565,50	-
Ganhos/perdas decorrentes da aplicação do MEP	182 492,61	-
Imparidades não aceites fiscalmente	-	815 019,22
Regularizações de contas correntes	195 650,25	-
Amortizações não aceites fiscalmente - carteira clientes	161 896,80	169 148,83
Gastos relativos a pagamentos baseados em acções	(53 029,41)	(66 619,00)
Benefícios fiscais	(138 254,13)	(64 493,00)
Variações dos fundos de pensões	-	19 474,16
Outros	(20 682,54)	18 127,68
Matéria colectável	1 247 227,05	1 193 913,40
Taxa de imposto sobre o rendimento	0,21	0,21
	<u>261 917,68</u>	<u>250 721,81</u>
Efeito da constatação/reversão de impostos diferidos	-	-
Colecta	261 917,68	250 721,81
Derrama	19 637,01	17 908,70
Tributação autónoma	50 412,16	50 672,70
	<u>331 966,85</u>	<u>319 303,22</u>
Excesso / insuficiência de estimativa de imposto do ano anterior	(7 764,31)	191 808,90
Impostos diferidos	16 880,77	174 948,88
Total do imposto	<u>341 083,34</u>	<u>686 061,03</u>

32 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transações	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
Outras partes relacionadas	524 137,14	624 336,83	6 593 643,31	5 563 202,11
	<u>524 137,14</u>	<u>624 336,83</u>	<u>6 593 643,31</u>	<u>5 563 202,11</u>
	Outros rendimentos		Juros suportados	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
Acionistas	11 206,78	22 670,20	100 861,71	163 816,09
Outras partes relacionadas	712 083,46	331 991,16	2 112,16	-
	<u>723 290,24</u>	<u>354 661,36</u>	<u>102 973,87</u>	<u>163 816,09</u>
Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
Acionistas	19 412,84	38 877,51	1 084 728,70	2 138 410,78
Outras partes relacionadas	259 324,96	407 265,01	897 399,74	1 667 018,91
	<u>278 737,80</u>	<u>446 142,52</u>	<u>1 982 128,44</u>	<u>3 805 429,69</u>
	Empréstimos obtidos		Empréstimos Concedidos	
	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
Acionistas	2 878 352,61	3 348 352,61	-	-
Outras partes relacionadas	109 000,00	-	-	45 000,00
	<u>2 987 352,61</u>	<u>3 348 352,61</u>	<u>-</u>	<u>45 000,00</u>

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 tem a seguinte composição:

	<u>31.dezembro.2016</u>	<u>31.dezembro.2015</u>
Remuneração fixa	952 216,04	656 158,97
Remuneração variável de curto prazo	336 429,66	229 220,34
Remuneração variável de longo prazo	53 034,25	145 805,00
	<u>1 341 679,95</u>	<u>1 031 184,31</u>

Em 2016 e 2015 não foram concedidos empréstimos a Administradores da Empresa.

33 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 artº 5º nº 4

Empréstimos obtidos

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>Saldo final</u>
MDS, SGPS, SA	3 348 352,61	1 520 000,00	2 210 000,00	2 658 352,61
MDS, SGPS, SA (Efeitos da fusão)	75 000,00	230 000,00	85 000,00	220 000,00
	<u>3 423 352,61</u>	<u>1 750 000,00</u>	<u>2 295 000,00</u>	<u>2 878 352,61</u>

Norma regulamentar nº 15/2009 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

a) Política contabilística para reconhecimento da remuneração

O corretor de seguros reconhece o rédit/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra - embora admita exceções - no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento:

Aquando do pagamento, por parte do tomador, dos fundos (prémios) relativos aos contratos de seguros

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	2016	2015
Numerário	20 869 819,73	18 773 051,81
Espécie		
TOTAL	20 869 819,73	18 773 051,81

Por tipo	Remunerações (€)	
	2016	2015
Comissões	20 869 819,73	18 773 051,81
Honorários		
Outras Remunerações		
TOTAL	20 869 819,73	18 773 051,81

Adicionalmente, encontra-se efetuada na Nota 24 a desagregação da natureza do rédito da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

- c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações				Fundos de Pensões	
		Ramo Vida		Ramo Não Vida		2016	2015
		2016	2015	2016	2015	2016	2015
1010	Liberty, SA	2 836,92	3 510,14	169 116,00	153 379,98		
1011	Fidelidade, SA	69 433,39	49 902,65	5 843 151,79	4 181 772,43		
1020	Mútua dos Pescadores, SA			1 174,51	296,21		
1021	General Vida, SA	206 897,97	202 470,25				
1023	Occidental, SA			400 800,75	299 251,32		
1024	Occidental Vida, SA	616,45	840,28				
1025	Lusitania Vida, SA	376,04	189,15				
1026	Lusitania, SA			522 976,49	331 995,30		
1028	Allianz Portugal, SA	3 825,14	3 788,81	697 772,47	628 820,72		
1029	Real Vida, SA	2 530,77	702,14	86,56			
1039	Ageas Portugal Vida, SA	13 408,83	14 673,19				
1056	Inter Partner Assistance			3 786,93	3 995,34		
1085	AIG Europe Limited			1 350 748,57	7 630 084,52		
1086	Cosec, SA			62 563,16	219 452,65		
1096	Victoria Vida, AS	54 877,60	71 835,56				
1097	Grupama Seguros, SA			17 304,84	19 554,23		
1098	Grupama Vida, SA	13 519,05	14 444,73				
1102	Mapfre Asistencia, S.A.			124 427,85	60 254,38		
1117	EuropAssistance, SA			2 295,72	2 160,48		
1129	Ageas Portugal, SA			180 595,03	212 082,02		
1131	Medis, SA			83 338,88	0,00		
1132	Zurich Vida, SA	8 672,30	755,57				
1133	Caravela, SA			49 457,80	45,13		
1142	Via Directa, SA			694 163,89	0,00		
1145	Mapfre, SA			118 554,50	179 994,37		
1146	Atradius Crédito y Caución			25 604,18	26 782,59		
1151	Eurovida, SA	19 198,01	18 769,88				
1157	Arag			1 640,43	1 511,52		
1159	Casco, SA			19 723,93	25 800,77		
1160	Viktoria Seguros, SA			190 616,55	239 306,08		
1166	Hiscox Ins. Company Limited			61 970,02	58 106,03		
1167	Popular Seguros, SA			13 345,65	4 682,55		
1173	Chubb European Group Limited - Sucursal em Portugal (Mua como			270,00			
1177	ERV Portugal			678,02	4 426,89		
1182	Aasria Prevoyance (April)	6 063,64	9 595,35				
1184	Zurich, SA			449 843,24	363 655,92		
1186	Mapfre Vida, SA	457,66	554,83				
1188	MetLife, Inc	33 041,20	17 109,20	-6 216,73	29 603,18		
1194	Assicurazioni Generali, SA			930 648,63	802 170,66		
1197	Seguradoras Unidas, SA	26 537,08	25 203,15	1 354 747,28	1 512 652,11		
3814	SGF-Soc. Gest. Fundo Pensões						1 563,16
4039	HDI Global SE			6 625,10	530,42		
4109	HDI Global SE (Espanha)			250,00	225,00		
4171	Axa Versicherung AG (F.Rago)			47 576,29			
4196	Domestic & General Insurance PLC			6 445 548,58			
4201	Ergo			4 203,52	4 981,40		
4280	Euro Insurances DAC			6 738,42			
4286	XL Insurance Company Ltd			241 962,50	158 475,55		
4378	AIG Espanha			-1 221,69	1 012 737,60		
4389	Coface Portugal			65 233,57	68 976,94		
4423	Merkei, Ltd			1 400,00	0,00		
4461	Ace European Group Limited			125 898,85	45 129,98		
4536	Helvetia Compañia Suiza S.A. de Seguros Y Reaseguros			1 092,49			
4561	Trade Credit Re Insur. Company				2 588,13		
4583	HCC, S.L.				6 394,00		
4608	Mutuelle G. Education Nationale			91 971,01	37 336,15		
4665	Nacional Suiza				7 929,20		
4835	HCC International Insurance Company Plc (sucursal em Espanha)			4 972,00			
	TOTAL	462 292,05	434 344,88	20 407 527,68	18 337 143,77	0,00	1 563,16

- d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações %	
		2016	2015
4196	Domestic & General Insurance PLC	31,4%	0,0%
1011	Fidelidade-Mutual, SA	28,8%	22,5%
1085	AIG Europe Limited	6,6%	41,0%

e) Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	Valores das contas "clientes" €	
	2016	2015
Início exercício	5 931 287,25	4 826 482,79
Final do exercício (Nota 4)	4 450 984,03	5 931 287,25
Volume movimento do exercício		
A débito	118 919 575,55	120 134 181,28
A crédito	120 399 878,77	119 029 376,82

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2016	2015	2016	2015
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários	1 169 294,52	2 449 180,11	90 933,70	292 704,99
Empresas de seguros	378 563,99	1 613 012,53	3 784 107,53	7 893 295,60
Outros mediadores	50 328,68	79 630,74	28 521,99	3 221,81
TOTAL	1 598 187,19	4 141 823,38	3 903 563,22	8 189 222,40

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2016	2015	2016	2015
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (re)seguros para pagamento de prémios de (re)seguro	378 563,99	1 613 012,53	3 784 107,53	7 893 295,60
Outras quantias	1 219 623,20	2 528 810,85	119 455,69	295 927
TOTAL	1 598 187,19	4 141 823,38	3 903 563,22	8 189 222,40

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Contas "clientes"	Valor	
	2016	2015
Garantias (caução)	300 476,94	356 254,46

Garantia nos termos da alínea d) e nº 1 do Art.19 do Dec.Lei 144/2006, de 31 de Julho na redacção dada pelo Dec.Lei 359/2007, de 2 de Novembro

Atividade	Valor	
	2016	2015
Mediação de Seguros	281 716,94	356 254,46
Resseguro	18 760,00	-,00

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Cod.ASF	Empresas de seguros	Remunerações			
		Ramo Vida / Não Vida/Fundos de Pensões			
		€		%	
		2016	2015	2016	2015
4196	Domestic & General Insurance PlC	6 445 548,58	0,00	31%	0%
1011	Fidelidade, SA	5 912 585,18	4 231 675,10	29%	23%
1197	Seguradoras Unidas, SA	1 381 284,36	1 537 855,26	7%	8%
1085	AIG Europe Limited	1 350 748,57	7 630 084,52	7%	41%

As alíneas que se encontram ausentes desta nota não são aplicáveis à Empresa.

Art. 66º-A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2016 os honorários do Revisor Oficial de Contas encontram-se descritos nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SPGS, S.A. em 31 de dezembro de 2016.

Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI)

No exercício de 2013, a Empresa realizou investimentos suscetíveis de serem apoiados ao abrigo do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento de acordo com o enquadramento previsto na Lei n.º 49/2015, de 16 de julho. Neste sentido, foi apurado um montante de benefício fiscal de 146.000 Euros, aproximadamente, dedutível à coleta de IRC, até à concorrência de 70% da mesma e a ser utilizado pela MDS SGPS, empresa dominante do RETGS em que a Empresa está inserida. Por uma questão de prudência, a Empresa não registou este ativo por imposto diferido, que pode ser utilizado por 6 períodos, i.e., até 2018.

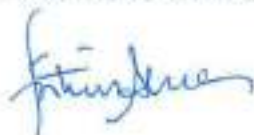
34 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2016 e até esta data que necessitem de ser divulgados.

35 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Julho de 2017, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Contabilista Certificado,

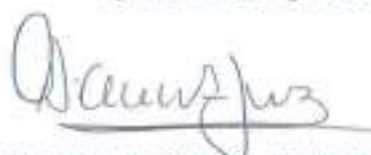


(Maria de Fátima dos Santos Alves)

O Conselho de Administração



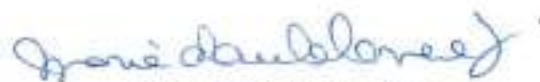
(José Manuel Queiroz Dias da Fonseca)



(Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)



(Maria Paula Correia Rios)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS - Corretor de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 23.133.263,55 euros e um total de capital próprio de 9.138.895,43 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 162.495,37 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS - Corretor de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora as participações financeiras tenham sido registadas pelo método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral das subsidiárias. Conforme indicado na Nota 1 do Anexo, ao abrigo do nº 3 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, republicado através do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, a Entidade encontra-se dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 31 de julho de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da MDS – Corretor de Seguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MDS – Corretor de Seguros, S.A. (Empresa), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2016, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que inclui um parágrafo de outras matérias.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito na secção "Outras matérias" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 31 de julho de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC